

Hermenêutica de Profundidade: um contexto

Fábio Donizeti de Oliveira⁴⁸

RESUMO

Este texto não tem a intenção de ser um tratado sobre teoria da interpretação ou sobre filosofia da ciência. Pretende, sim, identificar e explicitar bases teóricas que possam fundamentar posturas interpretativas em História da Educação Matemática. Para tanto, procura realizar um breve histórico sobre as teorias da interpretação para compreender a inserção da Hermenêutica de Profundidade neste contexto. Acreditamos que este texto permita compreender algumas relações entre a Hermenêutica de Paul Ricoeur e a sistematização de John B. Thompson em sua metodologia da interpretação e, desta forma, pensamos contribuir para uma melhor compreensão desta teoria que vem se colocando como alternativa metodológica, nem sempre devidamente problematizada, para os processos interpretativos disparados por procedimentos de pesquisa em geral e da historiografia em particular.

Teoria da Interpretação

Tenho entendido (e usado) o termo “Hermenêutica” como um adjetivo atribuído a teorias que pautam a interpretação. A interpretação tem sido, desde muito, objeto da curiosidade e preocupação humanas. As formas de nos relacionarmos com ela podem ser descritas em três vertentes, desde uma hermenêutica eminentemente técnica a uma filosofia hermenêutica, passando por uma hermenêutica filosófica, conforme aponta Ruedell (2000). Embora possam ser definidas anterioridades de origem, essas vertentes coexistem e, em alguns sentidos, se complementam, por vezes, em uma mesma teoria.

Essa discussão começa com a escrita, embora hoje possa ser possível imaginar outros precedentes. É com ela que escribas e juristas começam a se debater para eliminar a diversidade de interpretações, estabelecendo regras visando à correta compreensão. Tais regras, sintetizadas em manuais teóricos sem a apresentação de exemplos, admitiam duas dimensões interpretativas. Na dimensão gramatical, procurava-se o sentido literal do texto, já na alegórica, o sentido figurado ou não-próprio dos termos que lhes eram atribuídos pelos seus usos. O foco era a compreensão do texto, do assunto ou conhecimento que ele carregava e que estavam, portanto, nele,

⁴⁸ Doutor em Educação Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Faculdade de Ciências – UNESP – Bauru e membro do GHOM – Grupo de História Oral e Educação Matemática. fabio_d_oliveira@ig.com.br.

sendo possível ser acessado por ferramentas adequadamente utilizadas. Para tanto, embora fossem definidas técnicas ou métodos de leitura, a interpretação tida como correta muito se pautava pela destreza do intérprete no uso das técnicas estabelecidas e, portanto, é configurada pela individualidade das áreas de aplicação (religiosa, filológica, legal). Representantes dessa vertente hermenêutica são, segundo Ruedell (2000), Johann Martin Chladenius (1710-1759) e Georg Friedrich Meier (1718-1777). Ainda que não fosse possível negar a pluralidade semântica, a multiplicidade de “pontos de vista”, deveria haver um evento livre de toda circunstância interpretativa, o que impedia de se reconhecer a multiplicidade de verdades. Apenas com Georg Anton Friedrich Ast (1778–1841) que, substituindo o conceito iluminista de razão pelo idealista de “espírito”, pergunta-se não mais pelo assunto ou conteúdo do texto, mas pela possibilidade de compreender um espírito estranho. Até então a sintonia entre autor e intérprete não era tematizada, uma vez que o texto não era considerado enquanto produção, mas como explicação de um assunto. “Compreender ou explicar uma obra é, segundo Ast, reproduzir ou refazer o que já foi produzido por outrem.” (RUEDELL, 2000, p.46). Todavia, embora tematizado “o outro” através da concepção de “espírito”, em Ast este era tido como idêntico e a-histórico, reunindo, então, as condições de possibilidade dessa reprodução. A função da Hermenêutica, então, ainda era de eliminar a separação temporal entre o que compreende e o que é compreendido, empecilho à efetiva (ou correta) compreensão.

A primeira grande virada hermenêutica, entretanto, é comumente tributada a Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher (1768-1834). Com pensamento científico, Schleiermacher rompe com a regionalização das hermenêuticas para buscar estabelecer regras gerais da interpretação, abrindo espaço, então, para uma hermenêutica científica. Ao romper com a regionalização da Hermenêutica, Schleiermacher amplia seu campo de atuação. Não mais apenas os livros sagrados ou os cadernos de lei seriam objeto da interpretação, mas toda expressão linguística, escrita ou falada, antiga ou atual. Coloca, assim, a hermenêutica no cotidiano humano. Será ele o primeiro a sustentar a inexistência de um puro universal livre de qualquer circunstância inserindo a História como constitutiva do discurso e, portanto, objeto da interpretação. A verdade deixa de ser a lógica da razão e passa a ser circunstancial, falível.

Embora tanto Ast quanto Schleiermacher, ao tematizarem condições de possibilidade da compreensão, apresentem já elementos de uma Hermenêutica Filosófica, eles ainda se inscrevem em uma Hermenêutica eminentemente técnica.

Para distinguir entre hermenêutica técnica e filosófica basta conferir se seus enunciados são normas de interpretação ou não. Quando, por exemplo, Schleiermacher diz, que ‘o particular só pode ser compreendido a partir do todo, e este a partir do particular’, seguem daí imperativos, orientações. Isso, segundo Scholtz, é um claro exemplo de uma hermenêutica técnica. Mas, já é bem outra a situação quando Dilthey diz que ‘compreender pressupõe vivenciar’, ou quando Gadamer afirma que ‘todo compreender se baseia num já ‘ter-compreendido’ e que ‘compreensão significa uma ‘fusão de horizontes’. Nestes casos não é possível dar ordens: ‘Tenha vivenciado!’; ‘tenha já sempre compreendido!’; ‘funda o seu horizonte com o de outrem!’ (Ruedell, 2000, p.23)

A Wilhelm Dilthey (1833-1911) é atribuída a sistematização e divulgação dos escritos de Schleiermacher. É também com ele que se encontram indícios de uma filosofia hermenêutica ao considerar o mundo como campo para infinitas interpretações. Neste sentido, Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900) foi um dos mais radicais ao anunciar que o mundo teria se tornado mais uma vez infinito a nós pelas suas infinitas possibilidades de interpretação. Mas, certamente, um nome emblemático nesta nova concepção filosófica do mundo é Martin Heidegger (1889-1976) que, com seu *Dasein*, o ser-no-mundo, inscreve a Hermenêutica numa ontologia da linguagem. Com Heidegger nos deparamos com a segunda grande virada hermenêutica. Não se trata mais de conhecer o conteúdo de um texto, nem mesmo a intenção de dizer de um outro, mas passa a ser objeto hermenêutica a própria compreensão do ser.

Enquanto na longa tradição do passado o homem se entendia ‘como aquele que pensa, hoje ele se compreende como aquele que compreende e se explica como aquele que interpreta’. Compreensão e interpretação deixam de ser privilégio de uma ciência especial e, por conseguinte, da hermenêutica técnica, constituindo-se dimensão essencial da vida humana. (...) Aqui, transcendendo as hermenêuticas especiais e publicamente reconhecidas, o interesse filosófico volta-se ao ser humano enquanto estrutura compreensiva e interpretativa. (RUEDELL, 2000, p.27)

Heidegger, que leu Nietzsche, não possui mais essa inocência. Ele sabe que o outro, tanto quanto eu mesmo, me é mais desconhecido do que qualquer fenômeno da natureza. (...) Não é de se estranhar, pois, que não seja por uma reflexão sobre o ser-com, mas sobre o ser-em, que possa começar a ontologia da compreensão. Não se trata do ser-com um outro, que duplicaria nossa subjetividade, mas do ser-no

mundo. A questão *mundo* toma o lugar da questão *outrem*. Ao *mundanizar*, assim, o compreender, Heidegger o *despsicologiza*. (RICOEUR, 1990, p.32)

É, pois, na esteira de Heidegger que muitos pensadores se inscreverão, dentre os quais interessa-nos, particularmente, Paul Ricoeur (1913–2005). Heidegger e Ricoeur, apesar de seus pontos de congruência, rearticulam cada um ao seu modo a Fenomenologia de Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938). Heidegger defende uma fenomenologia (hermenêutica) direta (considerada “via-curta”) já que a realidade (ontológica) se manifestaria pela explicitação atenta daquilo que se revela à e na existência. “(...) em Heidegger esta explicitação do Dasein acaba por ser o modo pelo qual o próprio Dasein compreende, interpreta e se identifica com as suas possibilidades de ser, os seus projetos desvelados no horizonte da sua experiência.” (SUMARES , 1989, p. 124). Ricoeur, porém, critica este deslocamento da hermenêutica da existência para a existência como hermenêutica, sem um intermediário para justificar essa passagem à ontologia da compreensão. Assim, a Fenomenologia Hermenêutica de Ricoeur, na via-longa, vai reconhecer na linguagem ou, talvez mais propriamente, no símbolo, o intermediário necessário. A Hermenêutica de Ricoeur é, sem dúvida, ontológica, mas também simbólica.

(...) em vez de ser o sujeito o portador da significação, ele é antes levado por ela, ou seja pela dimensão onto-semântica da linguagem como discurso ou da linguagem simbólica; o sujeito pode apropriar-se indireta e reflexivamente pela decifragem das manifestações e dos documentos nos quais se objetivizam e se interpretam as significações do seu desejo de ser e esforço por existir. (SUMARES , 1989, p. 169).

Em seus textos, Ricoeur insiste no caráter prático do símbolo. A linguagem é experienciada, é-sendo. Mesmo o tempo, antigo problema filosófico, é definido a partir da experiência (narrativa) do ser. O significado é vivido e gera, pela percepção, um sistema noemático pelo qual o ser estabelece, também, a relação, não apenas com os outros, mas a percepção de si. Assim, o *Dasein* na versão ricoeuriana é simbólico e histórico, constituído na relação com o mundo.

Thompson e a Hermenêutica de Profundidade

John Brookshire Thompson é professor de sociologia da universidade de Cambridge. Em seu livro “Ideologia e Cultura Moderna” (THOMPSON, 1995) ele

estabelece bases pragmáticas, teoricamente sustentadas, para a teoria da interpretação ricoeuriana. Thompson fornece à filosofia hermenêutica de Ricoeur um conjunto de técnicas que, de certa forma, nos remetem aos manuais das hermenêuticas românticas. Sem deixar de fundamentar sua prescrição, Thompson torna a densa teoria de Paul Ricoeur operacionalizável. Mantendo e ressaltando as bases “símbolo” e “experiência”, ele nos ensina, ao seu modo, que o texto é texto-sendo, que símbolo é símbolo-sendo, para, então, estruturar sua metodológica da interpretação à qual chama de “Hermenêutica de Profundidade”. É desta forma que Thompson (1995) advoga pela necessidade de correlação entre dois movimentos interpretativos: uma análise formal-discursiva das formas simbólicas e uma análise sócio-histórica de sua produção, transmissão e apropriação.

Equívoca-se quem pensa que a força da sistematização de Thompson está nos dois movimentos. A correlação, ressaltada sob o nome de (re)interpretação é, segundo penso, o ponto alto da sua teorização. É na relação com o mundo que os significados são produzidos. É no confronto com a análise formal que os contextos de produção, transmissão e apropriação possuem sentido. No embate contextual a Forma Simbólica é compreensível. Não uma compreensão única, acabada, infalível, mas uma interpretação fundamentadamente plausível e que, embora seja e se reconheça essencialmente provisória e parcial, tenha a pretensão de verdade.

Uma interpretação deve não só ser provável, mas mais provável do que outra interpretação. Há critérios de superioridade relativa para resolver este conflito, que podem facilmente derivar-se da lógica da probabilidade subjetiva. (RICOEUR, 2013, p.111)

Embora esta sistematização tenha sido inicialmente relacionada na Educação Matemática com a análise de textos escritos, particularmente de textos didáticos, a teoria da interpretação de John B. Thompson, a Hermenêutica de Profundidade não tem este enfoque. Thompson mesmo a sistematizou com intenções voltadas aos meios de comunicação de massa e suas relações com a ideologia e cultura moderna. É necessária tê-la, ainda na esteira de Paul Ricoeur, sob a compreensão das formas de manifestação do ser, ou seja, sob as formas de existência (humanas ou não) que são, sempre, históricas.



Referências Bibliográficas

- RICOEUR, P. **Interpretação e Ideologias**. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.
- RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2013.
- RUEDELL, A. **Da representação ao sentido**: através de Schleiermacher à hermenêutica atual. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (Coleção Filosofia, 119)
- SUMARES, M. **O sujeito e a cultura na filosofia de Paul Ricoeur**: para além da necessidade. Lisboa: Escher, 1989.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.